

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	3
Título: Lavra em terras indígenas gera debate em congresso	3
Título: Governo busca respostas para evitar novos apagões no AP	4
Título: Uma visão estratégica de longo prazo para a energia.....	5
Título: Apagão no Amapá.....	7
Título: Enel prevê € 5 bi para Brasil até 2023.....	8
Título: Credores aprovam plano da Ibitu	9
Título: AES lança canal para “varejo” elétrico.....	10
Título: Curtas	11
Título: Preço do petróleo atinge maior nível desde março	12
Título: Petrobras prevê adesão maciça a linha de capital.....	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: Lições do ‘apagão’ no Amapá.....	14
Título: Com apagão, distribuidora de energia do Amapá vive ‘situação financeira caótica’	16
Título: Aneel adia reajuste das tarifas.....	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Governo anuncia fim do rodízio de energia, mas moradores do Amapá relatam falhas	18
Título: Italiana Enel, dona da antiga Eletropaulo, prevê investir R\$ 32 bi no Brasil em três anos	20
Título: Pagamento de tributo adiado faz arrecadação federal ter crescimento de 9,6% em outubro	22
VEÍCULO: O Globo.....	23

Título: Energia volta no Amapá, mas há instabilidade	23
Título: Congresso precisa parar de jogar tudo no colo do Judiciário	25

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 24/11/2020**Seção:** Empresas**Autor:** Marcos de Moura e Souza — De São Paulo**Título:** Lavra em terras indígenas gera debate em congresso

Projeto de lei que prevê regulamentação da mineração em terras indígenas no Brasil voltou a alimentar polêmica em evento do Ibram

O projeto de lei que prevê regulamentação da mineração em terras indígenas no Brasil voltou a alimentar polêmica ontem, durante abertura do principal evento do setor mineral do país. A crítica foi feita por Adriana Ramos, coordenadora do Instituto Socioambiental, entidade que há anos atua em pesquisas e campanhas sobre meio ambiente e povos indígenas.

Para ela, a eventual exploração de recursos minerais em terras indígenas representará um "risco reputacional" para as empresas.

No primeiro painel da edição deste ano da Exposibram, promovido pelo Instituto Brasileiro de Mineração - desta vez totalmente virtual -, Adriana falou dos riscos de um empreendimento minerário em áreas indígenas. "Não é possível falar em abrir terras indígenas como alternativa às comunidades". Para ela, a operação de mineradoras nessas áreas trará inevitavelmente impactos ao modo de vida dos índios. "É uma atividade extremamente impactante", disse.

Minutos antes, em um vídeo exibido no site do evento, o **ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque**, mencionou o projeto como um dos pontos positivos do governo de Jair Bolsonaro.

A mineração em terras indígenas está prevista na Constituição, mas a matéria nunca foi regulamentada pelo Congresso Nacional. O assunto chegou a ser discutido no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (PT), mas não avançou. Bolsonaro fez do tema uma de suas bandeiras.

Grandes mineradoras têm adotado uma posição de cautela e até de distanciamento da iniciativa. No Ibram, a leitura é que, se aprovado, o projeto não deve gerar uma corrida por parte das empresas. E que as esperadas dificuldades de se relacionar com lideranças indígenas e de risco de exposição negativa são dois pontos que assustam as mineradoras. Outro fator: há muitas áreas ainda não exploradas no país em regiões menos suscetíveis a polêmicas e, portanto, de mais interesse do setor.

Mas o governo federal trata a abertura com entusiasmo e ontem coube ao secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, no MME, Alexandre Vidigal, fazer a defesa do projeto de lei 191, que tramita no Congresso e que trata do assunto. Vidigal falou de “índios que vivem na miséria” e que o Estado não consegue atendê-los satisfatoriamente. E que uma saída desejada por muitas etnias seria eles receberem uma participação pela produção mineral.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/11/2020

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Governo busca respostas para evitar novos apagões no AP

Com o fim do blecaute do Amapá, após 22 dias do primeiro apagão, o governo e órgãos do setor tentam aprofundar a análise sobre as falhas nos equipamentos, apontar os responsáveis e evitar que novas falhas no sistema atinjam o Estado que é exportador de eletricidade: o Amapá consome apenas um quarto da capacidade instalada das usinas no seu território.

Dados coletados no Sistema de Informação de Geração da Aneel (Siga) indicam que o Amapá dispõe de 999,7 megawatts (MW) - quase 1 gigawatt (GW) - de potência outorgada, sendo 992,2 MW disponíveis para despacho do Operador Nacional do Sistema (ONS). O Estado, no entanto, consome entre 240 MW e 270 MW.

A maior parte da energia do Amapá vem de quatro hidrelétricas. A mais potente é Santo Antônio do Jari, com 392,9 MW, na divisa com o Pará. Outras três usinas operam no município de Ferreira Gomes. São as hidrelétricas Ferreira Gomes (252 MW de potência), Cachoeira Caldeirão (219 MW) e Coaracy Nunes (78 MW).

As demais representam apenas 5,7% da potência já outorgada. Entre elas, estão dez termelétricas, uma pequena central hidrelétrica (PCH) e uma usina fotovoltaica.

Não fossem as limitações do sistema de transmissão projetado pelo governo, o Amapá não precisaria recorrer à contratação emergencial de termelétricas na tentativa de amenizar o impacto da entrada em colapso da subestação de Macapá, afetada por uma explosão, seguida de incêndio, em um dos transformadores na noite do dia 3 de novembro.

Somente a hidrelétrica de menor capacidade, a Coaracy Nunes, pode entregar energia à população amapaense, por ter uma tensão compatível com a da

distribuidora local, a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), em 69 kilovolt (kV). Para suprir a rede local, as maiores usinas do Estado precisam contar com transformadores de grande porte, semelhantes aos três que apresentaram problema na subestação em Macapá, para reduzir a tensão de 230 kV para 69 KV.

Diante disso, especialistas ouvidos pelo **Valor** avaliam que o problema da rede local não estaria relacionado só ao fato do Amapá contar apenas com a subestação de Macapá para receber energia do Sistema Interligado Nacional (SIN). Outro lapso no planejamento do sistema seria não prever a instalação de uma “anel” de integração das linhas que operam em diferentes tensões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/11/2020

Seção: Opinião

Autor: Nivalde de Castro e André Clark

Título: Uma visão estratégica de longo prazo para a energia

O ano de 2020 impôs adversidades e imprevistos singulares advindos da pandemia. As atividades econômicas, sociais, familiares e culturais tiveram que ser redefinidas quase que instantaneamente para se adaptar a um novo e insólito cenário. Desta forma, são muito bem-vindas as iniciativas que estabelecem um olhar estratégico para um futuro além da pandemia, principalmente no setor de energia, um dos principais vetores do progresso na sociedade.

Neste contexto, deve-se destacar o Plano Nacional de Energia de 2050 (PNE), elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o qual, a partir de um conjunto complexo de estudos e de um profundo diálogo com todos os atores (academia, operadores e Estado), traça parâmetros, cenários e estratégias fundamentais para os próximos 30 anos, algo raro, mas importante para todas as dimensões do desenvolvimento econômico e social.

Hidrogênio verde será o principal vetor para atingir a meta de carbono neutro até 2050

O PNE assume uma premissa básica de compromisso firme com a sustentabilidade ambiental no âmbito do setor de energia, aderente aos objetivos globais da descarbonização. Nesta direção, o Plano foge de ideologias e foca no interesse público, partindo de uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, e reafirma a prioridade no aproveitamento dos recursos renováveis, onde o Brasil tem um imenso potencial competitivo. Adicionalmente, o documento também acerta ao indicar aprimoramentos nas

políticas e nos instrumentos de competição entre as fontes geradoras e novas tecnologias.

O PNE consolida sua posição no crescimento acelerado das fontes intermitentes, eólica e solar, em função da maior competitividade derivada da redução dos custos e vinculada aos ganhos de escala das cadeias produtivas. Além disso, o Plano examina o risco associado ao fato da produção de energia depender da disponibilidade de abundância de luz solar e ventos, que não são necessariamente coincidentes com os momentos de demanda. Tanto esta característica técnica quanto a mitigação desses riscos, seja pela complementariedade de outras fontes, como o gás natural, ou pelo conhecimento granular das demandas e de novas tecnologias de armazenamento, são consideradas de forma assertiva.

Deve-se assinalar que o Plano considerou as experiências que já estão ocorrendo em outros países, tirando lições e trazendo-as à realidade e especificidade brasileira, o que permitiu projetar uma matriz energética até 2050 mais consistente e aderente à dinâmica mundial.

Outra contribuição importante a destacar do PNE, com foco em energia limpa, é o reconhecimento do potencial do hidrogênio, o qual, contudo, merece uma abordagem sob um novo prisma. Estudos de agências internacionais (IEA e Irena) e de programas de energia de vários países indicam que o hidrogênio verde, aquele produzido exclusivamente com energias renováveis, será o principal vetor para atingir a meta de carbono neutro até 2050.

Neste cenário de transição energética, o Brasil tem condições efetivas de ser um grande produtor e exportador do que será a nova commodity global. O cenário é muito favorável ao Brasil pelas vantagens competitivas em relação a outros países, tendo em vista a sua dimensão continental, localização geográfica, matriz elétrica renovável e, com destaque, o seu consistente marco regulatório, que mitiga os riscos de investimentos intensivos e de longo prazo. Desta forma, o PNE pode firmar com mais detalhes as bases estratégicas do hidrogênio verde para posicionar o país como um dos principais players da transformação energética mundial.

Outro ponto sensível é a questão da inteligência artificial. Um exemplo disso é a expansão das fontes renováveis intermitentes na matriz, a qual, vinculada à tendência inexorável da liberalização do mercado de energia elétrica, irá intensificar e aprofundar a digitalização do setor elétrico. A necessidade de controle em tempo real do mercado livre de energia com preços horários irá permitir uma ampla utilização de dados, com a tendência de ganho de valor nos processos decisórios. Assim, o tempo de latência entre a decisão de compra e venda da energia e a sua produção será muito reduzida.

Neste sentido, o preço horário e o mercado livre de energia elétrica irão requerer um forte entendimento dos equipamentos de consumo, produção e transmissão. Os dados referentes a esta nova dinâmica de mercado serão valorizados e exigirão inovações regulatórias para garantir uma base mínima de transparência e simetria de informações.

Por último, este novo e promissor panorama do setor elétrico exigirá uma atenção específica com a segurança cibernética, em especial referente à necessidade de uma política de proteção dos dados e sistemas digitais de energia. Neste aspecto, o PNE pode examinar mais a fundo e sinalizar medidas mais rígidas para orientar e preparar os principais players do setor, os agentes econômicos, o regulador e o operador do sistema, a formularem planos estratégicos para que o mercado reaja nessa direção com maior ênfase e segurança.

É importante ressaltar que o esforço da EPE, que consolidou um planejamento depois de quase 13 anos sem uma revisão dessa magnitude, é de extrema importância, ao indicar cenários e parâmetros para a transição energética do Brasil. Adicionalmente, atesta-se a maturidade do marco institucional do setor elétrico, devendo servir de inspiração e exemplo à realização de planejamentos desse tipo em outras áreas, como educação, logística, saneamento, saúde, etc. Mais do que isso, o PNE valoriza a competição saudável e construtiva entre as fontes para minimizar o custo e, em última instância, beneficiar a sociedade brasileira.

Nivalde de Castro é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel).

André Clark é General Manager da Siemens Energy Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/11/2020

Seção: Opinião

Autor: Cartas de Leitores

Título: Apagão no Amapá

Ao contrário do que afirma o editorial “Apagão no Amapá municia grupos contra privatização”, publicado dia 23 de novembro, a concessionária não falhou em criar condições para cumprir seu compromisso de fornecer energia. O contrato foi integralmente cumprido, em linha com a regulação setorial, e as causas do acidente ainda estão sendo apuradas.

Todos os recursos disponíveis, sejam humanos ou financeiros, foram colocados imediatamente e ininterruptamente à disposição da força-tarefa montada em

conjunto com todas as autoridades do setor para solucionar o problema e garantir o reabastecimento total de energia elétrica para a população do Amapá na madrugada do dia 24 de novembro.

Desde que os novos controladores assumiram a empresa, foram efetuados investimentos relevantes, que ajudaram a reforçar ativos, equacionar passivos e otimizar sua estrutura de capital.

Assessoria de Imprensa da Linhas de Macapá Transmissora de Energia

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Enel prevê € 5 bi para Brasil até 2023

A Enel pretende investir mais de € 5 bilhões no Brasil entre 2021 e 2023, principalmente em oportunidades nos segmentos de geração renovável de energia e distribuição. A cifra, apresentada ontem em reunião anual com investidores, representa praticamente metade do que o grupo italiano prevê direcionar no período para toda a América Latina, onde também opera na Argentina, Chile, Peru e Colômbia.

Segundo o presidente mundial do grupo italiano, Francesco Starace, a companhia vê espaço para crescer em distribuição no país, mesmo já tendo participação relevante. O executivo disse que a Enel estudará ativamente ativos que forem colocados à venda, mas não fez referências diretas a nenhuma das distribuidoras que devem passar por privatização no curto prazo.

“Nem todos os processos serão interessantes, seja pela posição [da distribuidora] no país ou por uma expectativa irrealista por parte do vendedor”, afirmou.

A companhia italiana detém quatro distribuidoras no país, sendo hoje controladora da maior concessionária em volume de energia vendida, a Enel São Paulo (antiga Eletropaulo), que atende 24 cidades da região metropolitana de São Paulo.

No mercado, a Enel tem sido apontada como potencial interessada na licitação da distribuidora da Companhia Energética de Brasília (CEB), marcada para 4 de dezembro. Na fila de desestatizações, estão ainda as concessionárias da estatal gaúcha CEEE e da CEA, do Amapá.

No entanto, as discussões sobre o equilíbrio econômico das distribuidoras, fortemente afetadas no início da pandemia da covid-19, podem afetar os aportes no segmento, pontuou o diretor financeiro, Alberto De Paoli. “O

investimento em distribuição será baseado nas discussões que estamos tendo com o regulador sobre as medidas de recuperação após a covid-19. Essas medidas são relevantes”.

Outra frente de crescimento no país é a geração de energia renovável. Os executivos não entraram em detalhes sobre a estratégia da Enel Green Power para o mercado brasileiro, mas apontaram a intenção de adicionar mais negócios ao portfólio.

O grupo italiano apresentou ontem seu plano estratégico para os próximos três anos. Os aportes previstos alcançam € 39 bilhões entre 2021 e 2023, sendo que mais da metade dessa cifra deverá ser direcionada à geração de energia, sobretudo a partir de fontes renováveis. O grupo espera elevar sua capacidade instalada mundial de 84 gigawatts (GW) em 2020 para 90 GW em 2023, com a fatia da América Latina subindo de 26% para 29% do total.

Em relação às métricas financeiras, a companhia espera que seu Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) global passe de cerca de 18 bilhões de euros, em 2020, para algo entre €20,7 bilhões e €21,3 bilhões, em 2023. A fatia da América Latina na composição do indicador deverá subir de 25% para 33% no período.

Já para a próxima década, a Enel prevê investimentos de €190 bilhões, que permitirão acelerar os processos de descarbonização e eletrificação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Credores aprovam plano da Ibitu

A Ibitu conseguiu aprovar o plano de recuperação judicial das empresas que administram seus ativos hidrelétricos Jauru e Santa Clara, resolvendo o último passivo herdado do antigo controlador, a Queiroz Galvão. Intermediada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a negociação junto aos credores permitiu recuperação integral dos R\$ 42,65 milhões pleiteados pelos quirografários, ou seja, aqueles que não possuem direitos preferenciais no recebimento da dívida.

O acordo foi referendado em assembleia de credores na semana passada e significou um marco não só para a Ibitu, mas também para a CCEE. Essa foi a primeira vez que a câmara atuou como representante de agentes em uma recuperação judicial, estratégia que “inaugurou” nova jurisprudência e ajudou a

aumentar o poder de barganha dos mais de 6,5 mil credores de cada unidade recuperanda da Ibitu.

Marco Delgado, conselheiro da CCEE, destaca que a “união de forças” permitiu a recuperação de 100% dos créditos pleiteados, algo incomum para esse tipo de processo. “Na experiência internacional, vemos que as tratativas acontecem com deságio da dívida em patamares elevados, de 80%. E no Brasil, levantamentos apontam grandezas de até 50%”.

De acordo com o executivo, o uso do arcabouço regulatório do setor elétrico foi “peça relevante” para o sucesso das negociações. Além de ter evitado o corte de 79,5% da dívida proposto inicialmente pelas recuperandas, a tratativa resultou também em melhores condições de pagamento: atualização pelo IPCA e juros de 5% ao ano, ante uma proposta de juros zero, atualização pela TR e recebimento apenas com base em caixa livre.

No plano, a recuperação judicial dos ativos hidrelétricos envolvia R\$ 126,7 milhões. Foram retirados do plano créditos relacionados à discussão da repactuação do risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês) no mercado livre de energia. “Avaliamos que era melhor tratar isso da maneira ordinária, junto com o acordo que será oferecido aos outros geradores”, explica Delgado.

Hoje sob controle da gestora Castllake, a Ibitu herdou uma dívida de R\$ 3,3 bilhões da Queiroz Galvão. A reestruturação dessa dívida ocorreu em processos diferentes da holding, sendo que a maior parte foi equacionada numa recuperação extrajudicial homologada no fim do ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: AES lança canal para “varejo” elétrico

A AES Brasil lançou ontem sua plataforma digital para comercialização ao “varejo” do setor elétrico, isto é, consumidores de menor porte que estão habilitados a contratar energia diretamente de um fornecedor.

O segmento se tornou alvo de grandes geradoras e comercializadoras, que estão ampliando os esforços de comercialização na área mirando o longo prazo. Apesar de terem consumo muito inferior ao dos eletrointensivos, os “varejistas” podem representar um volume significativo no futuro. A AES, por exemplo, calcula um mercado potencial de “varejo” entre 170 mil e 200 mil novas unidades consumidoras nos próximos anos.

Segundo o presidente da geradora, Ítalo Freitas, o canal da AES foi pensado para facilitar o processo de migração de consumidores para o ambiente de contratação livre (ACL). A companhia não revela suas metas para a iniciativa, mas diz buscar a liderança. "Queremos ser a primeira opção do cliente no mercado livre, seja no 'atacado', com as grandes empresas, ou no 'varejo'".

A atuação com o segmento "varejista" não é uma novidade para a AES, destaca o diretor de relacionamento com o cliente, Rogério Jorge Pereira. "Já somos o quinto maior do país nesse mercado e, com o que temos vendido, podemos chegar ao terceiro lugar. Lidar com grande escala também não é novo para nós, que cuidamos da Eletropaulo por 15 anos".

Para se diferenciar das plataformas concorrentes lançadas por outras geradoras e comercializadoras, a companhia apostou na oferta de serviços "adicionais" associados ao processo de migração para o mercado livre. Além de comprar energia da AES, o cliente poderá, por exemplo, contratar uma empresa de engenharia para adequar seu ponto de entrada e até financiar esses custos junto a uma fintech.

Já os próprios contratos de energia foram adaptados para a realidade do "varejista", que tem demandas distintas em relação aos grandes consumidores eletrointensivos. Os prazos são mais curtos, de 1 a 3 anos, e as cláusulas, mais flexíveis. Como a dinâmica de mercado é outra, a contratação não será no modelo tradicional de "take-or-pay", em que o cliente paga mesmo se não consumir a energia comprada.

Os preços, por sua vez, poderão ser fixos ou então variáveis, acompanhando os do mercado cativo mas com desconto garantido.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/11/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Revisão da Equatorial

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem um aumento de tarifas da Equatorial Energia. O reajuste extraordinário foi concedido à distribuidora do grupo no Piauí. A alta média será de 3,48% e será aplicada no dia 2 de dezembro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/11/2020****Seção: Empresas****Autor: David Sheppard — Financial Times, de Londres****Título: Preço do petróleo atinge maior nível desde março**

Os preços do petróleo atingiram, ontem, seu maior nível desde março, superando os US\$ 47 o barril, depois que uma série de notícias positivas sobre vacinas contra a covid-19 desencadeou uma retomada em um dos setores mais duramente atingidos pela pandemia de covid-19.

O preço do petróleo do tipo Brent, a referência internacional, subiu mais de 3%, batendo nos US\$ 47,82 o barril, na parte da tarde, em Londres, com os operadores apostando que os setores de viagens e outros que dependem muito do combustível reagirão, em 2021, se o coronavírus puder ser controlado.

Isso proporciona uma valorização de mais de 25% do Brent em novembro, a caminho de se tornar o maior ganho mensal porcentual das últimas décadas.

Analistas da corretora PVM, de Londres, especializada em petróleo, disseram que os operadores tratam cada vez mais a possibilidade da aprovação de vacinas como um “agente de mudança” para o setor de energia, embora os preços ainda permaneçam abaixo de quase US\$ 70 o barril com que o Brent era negociado antes da pandemia de covid-19.

“A luta contra o coronavírus está se intensificando e se mostra cada vez mais bem-sucedida a cada semana”, disse Tamas Varga, da PVM. Um rali estimulado pelo “medo de ficar para trás” agora se tornou “uma alta de preço justificada pelos fundamentos”, segundo ele.

Os preços do petróleo também estão sendo estimulados pelas expectativas de que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e aliados como a Rússia ampliarão a duração de seus cortes na produção quando se reunirem na semana que vem, para compensar a fraca demanda nos meses de inverno no Hemisfério Norte.

O grupo OPEP+ ampliado, que cortou a produção em abril, depois que a demanda entrou em colapso durante os “lockdowns”, deveria retornar à produção diária de 2 milhões de barris, em janeiro, mas cada vez mais se espera um adiamento do retorno à produção adicional.

“Continuamos vendo uma ação coordenada para conter a produção como uma medida ideal de curto prazo, diante dos estoques ainda elevados e com a atual

onda de infecções surpreendendo por seu alcance e intensidade”, disseram analistas do Goldman Sachs.

A demanda mundial por petróleo, que era, em média, de cerca de 100 milhões de barris ao dia antes da pandemia, caiu em média cerca de 10% neste ano, com o cancelamento de voos de companhias aéreas e com mais pessoas passando a trabalhar de casa.

Em abril, o preço do Brent caiu abaixo de US\$ 20 o barril pela primeira vez em quase duas décadas. O preço médio no ano está em US\$ 42 o barril, comparado a US\$ 64 em 2019 e US\$ 71 em 2018.

As companhias de petróleo foram duramente atingidas pela queda do consumo, com as ações da BP e Royal Dutch Shell caindo cerca de 60% entre janeiro e o fim de outubro. Mas elas também foram estimuladas pelas notícias sobre as vacinas, ganhando entre 40% e 50% de valor desde então.

A estrutura do mercado de petróleo também está se fortalecendo, com os contratos do Brent para entrega em janeiro - que, anteriormente, estavam com um grande desconto em relação aos que vencem mais tarde em 2021 - chegando mais perto da paridade, um sinal de que os operadores esperam aumento da demanda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Gabriela Ruddy — Do Rio

Título: Petrobras prevê adesão maciça a linha de capital

A Petrobras espera que até 80% dos seus 10 mil fornecedores optem por aderir ao programa “Mais Valor” para antecipação do recebimento de faturas de contratos com a petroleira. A previsão é que o projeto, lançado este mês, alcance no começo do próximo ano um volume de negociações de R\$ 3 bilhões por mês.

O programa vai permitir aos fornecedores da empresa receber antecipadamente o valor de notas fiscais por bens e serviços entregues. O objetivo é melhorar o capital de giro da indústria, com acesso a operações financeiras com taxas mais competitivas, utilizando o risco de pagamento da Petrobras. “Queremos que a cadeia de suprimentos aproveite o círculo virtuoso que a Petrobras passa agora com a desalavancagem e o reflexo na queda das taxas de crédito”, diz o gerente executivo de finanças da Petrobras, Ricardo Besada.

A negociação vai ocorrer diretamente entre os fornecedores e bancos parceiros, a partir de condições pré-estabelecidas pela Petrobras, por meio da plataforma online Monkey, startup parceira da estatal. Os agentes financeiros não vão saber quais fornecedores ofertam as notas fiscais a serem antecipadas. As transações vão ocorrer por meio de um leilão reverso, vencido pela instituição financeira que fizer o lance com a menor taxa de juros. A companhia vai cadastrar os bancos participantes aos poucos, de acordo com a demanda dos fornecedores.

O valor mínimo das faturas a serem adiantadas é de R\$ 1 mil e não há valor máximo. “A indústria nacional entendeu que esse é um mecanismo que possibilita uma melhor isonomia de competição contra competidores estrangeiros”, afirma o gerente executivo de suprimentos da estatal, Rodrigo Ugarte.

O novo programa busca corrigir os pontos fracos do “Progredir”, projeto lançado no começo da década passada que permitia aos pequenos e médios fornecedores antecipar faturas de serviços e bens prestados ou entregues, além da possibilidade de usar os contratos ainda a serem executados como garantia em financiamentos. “A relação [no “Progredir”] era bilateral, então o agente financeiro emprestava para o fornecedor diretamente e ocorriam assimetrias de custo. Estamos tentando acabar com a necessidade de o setor financeiro avaliar o risco de cada fornecedor. O capital agora vai com a precificação de risco da Petrobras, ou seja, o custo é menor”, explica Besada.

O lançamento do “Mais Valor” foi influenciado também pela pandemia de coronavírus. A queda no preço do barril em meio à crise levou as petroleiras a renegociarem contratos com fornecedores, o que impactou a saúde financeira das empresas. Por outro lado, os pacotes de estímulo financeiro dos governos para enfrentar a pandemia aumentaram a liquidez no mundo. “Tem uma quantidade de recursos que está buscando uma alocação de qualidade. Esse dinheiro quer voltar para a cadeia de óleo e gás” diz Besada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/11/2020

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Lições do ‘apagão’ no Amapá

Por volta das 8h20 de ontem, o **Ministério de Minas e Energia (MME)** e a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) anunciaram o fim do “apagão” que deixou um Estado da Federação sem energia por nada menos do que três semanas. O MME informou que “100% do fornecimento de energia elétrica no

Estado do Amapá foi restabelecido com a energização do segundo transformador na subestação Macapá nesta terça-feira (24/11/2020)".

Em nota, a CEA informou que o rodízio do fornecimento de energia implementado no Estado havia sido "oficialmente encerrado" naquela manhã após a entrada em operação de novo equipamento, que passou a garantir "fornecimento de energia em 100% para atender os 13 municípios que foram afetados pelo acidente na subestação Macapá".

Mais do que uma crise energética, que já seria grave por si só, o drama vivido pelos amapaenses tem todas as características de uma crise humanitária. A falta de energia por tempo tão prolongado comprometeu o acesso da população à água, comida e combustíveis. Diminuiu muito a capacidade de atendimento dos hospitais em meio à pandemia de covid-19. Causou enormes prejuízos aos comerciantes, em especial os do ramo alimentício. Noticiou-se que até vacinas tiveram de ser acondicionadas na geladeira de um açougue que dispunha de gerador. E provocou o adiamento das eleições na capital Macapá.

É com esta gravidade, pois, que o episódio deve ser tratado pelas autoridades estaduais e federais - além, é claro, da empresa concessionária - para que medidas sejam tomadas de modo a impedir que algo dessa magnitude volte a ocorrer não só no Amapá, mas em qualquer outro Estado.

O que ocorreu no Amapá é um alerta para o restante do País. Havia três transformadores na subestação Macapá. Dois foram incendiados - diz-se que a causa teria sido um raio - e o terceiro está em manutenção desde o final do ano passado. Beira o inacreditável que não

houvesse um transformador reserva pronto para entrar em operação no Estado. O incêndio na subestação Macapá ocorreu às 20h47 do dia 3 de novembro e levou ao desligamento automático da linha de transmissão Laranjal/Macapá e das usinas hidrelétricas de Coaracy Nunes e Ferreira Gomes, que servem a Região Norte.

Especialistas ouvidos pelo Estado apontam falhas estruturais na arquitetura do sistema energético que atende o Amapá. "É um absurdo que o Estado inteiro esteja ligado a uma única subestação", disse o ex-presidente da Eletrobrás Luiz Pinguelli Rosa. É mesmo. Responsabilidades precisam ser devidamente apuradas.

O MME havia prometido solucionar o problema no prazo de dez dias, o que já seria muito, e não foi capaz de cumprir a promessa. Com o Amapá às escuras já por duas semanas, o presidente Jair Bolsonaro decidiu viajar ao Estado. Mas pareceu mais ocupado com os atos da campanha eleitoral do irmão do

presidente do Senado, Davi Alcolumbre, do que com a articulação das ações necessárias para resolução de tão grave problema envolvendo um ente federativo.

O “apagão” havido no Amapá está relacionado a um problema de distribuição de energia, e não de geração. Ainda assim, esta questão é preocupante porque a situação dos reservatórios do País não é confortável. De acordo com o Monitor de Secas da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, no mês passado houve piora na condição de seca em sete Estados, em comparação com setembro: Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe.

O monitoramento feito pelo Operador Nacional do Sistema deixa claro que o volume útil dos reservatórios de todo o País está abaixo do que seria uma margem segura. Todo cuidado é pouco, não só pelo risco evidente de falta de energia, como pelos custos financeiros e danos ambientais advindos da substituição da matriz hidrelétrica.

Resolvido o problema no Amapá, espera-se que em caráter definitivo, urge o MME realizar um minucioso escrutínio de todos os riscos estruturais Brasil afora e agir a fim de garantir a segurança energética do País.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/11/2020

Seção: Economia

Autor: André Borges Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Com apagão, distribuidora de energia do Amapá vive ‘situação financeira caótica’

Publicado em: 25/11/2020 Efeito. Em ofício à Aneel, a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), que não tem relação com o problema, mas depende das redes de transmissão para abastecer o Estado, estima queda de 30% da receita em novembro e diz que inadimplência chega a R\$ 200 milhões

Os 207 mil consumidores de energia do Amapá ainda contam os prejuízos que sofreram por causa dos 21 dias sem luz aos quais foram submetidos por causa do apagão geral no Estado, causado pelo incêndio em um transformador da empresa Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE). No próprio setor elétrico, porém, já há quem comece a fazer as contas do estrago. É o caso da distribuidora de energia Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), que não tem relação com o problema, mas depende das redes de transmissão para abastecer o Estado.

O Estadão teve acesso a um ofício que o presidente da CEA, Marcos do Nascimento Pereira, enviou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), no dia 16, para relatar os reflexos do blecaute na entrega de energia. No documento, a empresa relata que está mergulhada em uma “situação financeira caótica”, porque o consumo caiu drasticamente nos últimos 20 dias, problema que se soma à forte inadimplência, que está na faixa de R\$ 200 milhões.

“O Estado do Amapá está passando por uma grave crise energética decorrente de fatos alheios à prestação de serviço de distribuição de energia, já que os fatos que originaram o apagão não são da concessão da distribuidora. Contudo, tal fato tem colocado a CEA em uma situação financeira caótica, já que além de ter de dispor de suas equipes para atendimentos, enquanto não houver o insumo a ser distribuído, inexistente é a cobrança de tarifa”.

Reflexo. Com o apagão iniciado em 3 de novembro, a empresa relata que só conseguiu suprir 15% da demanda diária de energia. Esse volume passou para 65% a partir do dia 7, quando parte do abastecimento foi retomada, mas sempre oscilando, diariamente. O reflexo nas contas foi imediato. “Em razão dos fatos narrados, a previsão é de que o faturamento de novembro/2020 caia 30% (devido ao racionamento) e a arrecadação 47%, uma vez que no período pós-apagão esse despencou”, afirma, no texto, o presidente da CEA. A distribuidora de energia relata ainda que “vem amargando um desequilíbrio financeiro sistêmico de longas datas, a ponto de pôr em risco a frágil qualidade do serviço prestado”.

Menciona que, enquanto houve uma redução no custo da energia de 1,56% para o consumidor residencial, entre os anos de 2017 e 2020, índices como o IGPM e o IPCA, usados para atualizar preços de aluguéis e inflação, por exemplo, cresceram 37,72% e 11,60%, respectivamente, no mesmo intervalo. Pedidos. A empresa pediu o adiamento do reajuste de energia da companhia, que ocorreria no próximo dia 30 (ler mais ao lado). Pediu ainda que a Aneel avalie um repasse de R\$ 72,9 milhões para a empresa, sob alegação de que a agência teria cometido um “equivoco” ao calcular o custo de energia que seria aplicado pela distribuidora anos atrás, entre 2009 e 2015.

Por meio de nota, a companhia declarou que “confirma as informações e ressalta que vem enfrentando dificuldades financeiras para uma melhor prestação de serviço aos consumidores”. Além disso, declarou a distribuidora, “há outros fatores que evidenciam estas mazelas, tais como taxa elevada de perdas por ligações clandestinas e desvio de energia”. Em 2019, os chamados “gatos” na rede de energia chegaram a 32,5% do total distribuído.

“Outro fator também é a inadimplência, pois das 208 mil unidades consumidoras cadastradas, 85% delas tem pelo menos uma fatura de energia

em aberto. Atualmente, o montante de inadimplência chega à faixa de R\$ 200 milhões”, informou. Restabelecimento. Após três semanas do apagão que deixou o Amapá no escuro por quase quatro dias, seguido por um período de racionamento, o fornecimento de energia no Estado foi integralmente restabelecido, informou o **Ministério de Minas e Energia (MME)**.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/11/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Aneel adia reajuste das tarifas

Ontem, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) retirou de pauta o processo de reajuste tarifário da distribuidora. O relator do processo, diretor Sandoval de Araújo Feitosa, afirmou que pretende aprofundar cálculos e simulações, mas sinalizou que, a despeito das queixas da CEA, será possível aprovar uma redução nas tarifas dos consumidores do Amapá. A data base do reajuste é 30 de novembro, e o processo voltará à pauta na próxima semana.

“Aprofundaremos as discussões e simulações com as superintendências da Aneel, e avaliaremos, obedecendo todas as regras tarifárias e regulamentos, a possibilidade de, ao processar o reajuste tarifário, obter, em média, uma suave redução das tarifas no Estado, preservando as condições de a CEA prestar o serviço de distribuição e ainda mantendo componentes financeiros negativos que evitarão forte elevação tarifária em 2021”, afirmou o relator.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/11/2020

Seção: Cotidiano

Autor: Monica Prestes

Título: Governo anuncia fim do rodízio de energia, mas moradores do Amapá relatam falhas

Depois de 22 dias de apagões, transtornos e prejuízos, o governo federal anunciou nesta terça (24) o fim do rodízio de energia em 14 das 16 cidades do Amapá.

Macapá, a capital do estado, foi a mais afetada no período e teve suas eleições municipais remarcadas pela Justiça eleitoral.

Apesar do anúncio, feito pelo **Ministério de Minas e Energia** do governo do presidente Jair Bolsonaro, moradores de bairros de Macapá disseram à Folha

que o fornecimento de energia ainda não havia sido restabelecido por completo.

Um incêndio destruiu os transformadores da subestação de distribuição de energia em Macapá, no dia 3 de novembro, e afetou o fornecimento de eletricidade para 90% da população do estado, que ficou no escuro por cinco dias, até a implementação do rodízio de energia iniciado no último dia 7.

Nesta terça, o Ministério de Minas e Energia informou que o segundo transformador da subestação Macapá entrou em operação por volta de 3h30, “sendo possível restabelecer completamente o fornecimento de energia elétrica no estado do Amapá”.

“Aqui não voltou a energia, tivemos um dia só de energia durante essa semana. Só Deus na nossa causa”, diz a dona de casa Maria Luiza Cordeiro, 62, moradora do Bailique, em Macapá.

Em trechos de bairros de Macapá a energia também não foi 100% restabelecida. É o caso dos bairros Burutizal e Muca, na zona norte.

Já no Perpétuo Socorro, na zona leste, o rodízio foi encerrado na madrugada, mas o fornecimento não está totalmente normalizado. As oscilações de energia são constantes, relata a fotógrafa Dayane Oliveira, 29.

“Hoje, [a energia] foi embora e, alguns minutos depois, voltou. E está assim também em outros bairros pelo que eu tenho conversado com alguns amigos, onde não estabeleceu 100% não, está oscilando. No Buritizal também estavam sem energia agora de manhã”, contou Dayane.

Segundo a fotógrafa, as oscilações levam muita gente a agir como se não tivesse energia em casa, desligando os aparelhos por medo que queimem. “Muita gente perdeu aparelhos, televisão, geladeira, e continua perdendo. A carga volta mais forte to da vez que ela vai e volta”, explica.

O Corpo de Bombeiros do Amapá registrou ao menos 19 incêndios em residências desde o início do racionamento. Perícias apuram se a causa dos incêndios pode estar ligada a curto circuitos provocados pela oscilação de energia.

O afroempreendedor Willy Miranda, 34, conta que há localidades da capital amapaense que sequer foram atendidas regularmente pelo racionamento. Todas essas regiões, diz ele, seguem no escuro.

“Ainda tem locais sem nada [de energia]. Na cidade tem gente reclamando ainda e, neste momento, estou a caminho das comunidades quilombolas, para

ver como está a situação por lá”, afirma Miranda, que também é diretor da Associação de Moradores do Quilombo do Curiaú.

Em outros bairros, como o Renascer, na zona norte, o rodízio chegou ao fim durante a madrugada e o fornecimento de energia foi, enfim, regularizado, conta a técnica em saúde bucal Adriana Xavier, 34. “No meu bairro está normal, mas ainda tem outros bairros que estão sem energia.”

A CEA (Companhia de Energia do Amapá) informou, por nota, que “o rodízio do fornecimento de energia foi oficialmente encerrado” e que a normalização do serviço ocorreu após a entrada em funcionamento do segundo transformador, transportado da subestação de Laranjal do Jari, um dos dois únicos municípios do estado que não foi afetado pelo apagão.

“Às 1h59 o transformador foi energizado e às 3h31 foi inserida carga na estrutura. Com esse transformador operando, o fornecimento foi garantido em 100%”, diz a CEA, que não se posicionou sobre os relatos de falhas.

O MME, por sua vez, disse que “o sistema elétrico do Amapá conta, agora, com o suprimento de dois transformadores na subestação Macapá [que conecta o estado ao Sistema Interligado Nacional], da geração da usina hidrelétrica de Coaracy Nunes e da geração térmica local instalada nesta semana”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/11/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Italiana Enel, dona da antiga Eletropaulo, prevê investir R\$ 32 bi no Brasil em três anos

Rio de Janeiro - Controladora da Enel Distribuição São Paulo, ex-Eletropaulo, a italiana Enel prevê investimentos no Brasil de € 5 bilhões (cerca de R\$ 32 bilhões pelo câmbio atual) pelos próximos três anos, o equivalente a 12,5% de seu plano global de investimentos no período.

O presidente da companhia, Francesco Starace, afirmou nesta terça-feira (24) que o principal foco no período são projetos de geração de energia, já que a empresa consolidou forte posição no mercado brasileiro de distribuição com aquisições nos últimos anos.

Além da Enel SP adquirida em 2018, a empresa também controla a distribuição de energia em Goiás, no Ceará e em parte do estado do Rio. As concessões fazem da empresa a maior concessionária do segmento no país.

Em entrevista virtual para apresentar o plano de investimentos para os próximos três anos, Starace disse que a Enel busca equilibrar sua posição em geração e distribuição nos países onde atua.

No Brasil, neste momento, diz, aposição em distribuição é mais forte, o que leva a uma prioridade em investimentos em geração. O executivo não descartou, porém, participação nos leilões de privatização das distribuidoras CEB, do Distrito Federal, e da CEEE-D, do Rio Grande do Sul.

“Estamos olhando distribuidoras adicionais sempre que fizer sentido para nós. Nem todos os leilões são interessantes, seja pela posição no país, seja por causa, talvez, de expectativas irrealistas pelo lado dos vendedores. Mas certamente estaremos olhando tudo que estiver disponível”, afirmou o executivo.

A empresa condicionou o volume de investimentos em distribuição às negociações com a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) sobre o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos devido aos impactos da pandemia do novo coronavírus.

“Investimentos em distribuição estão baseados na discussão com o regulador relativa à recuperação das medidas da Covid-19”, disse o diretor financeiro da empresa, Alberto De Paoli. O setor defende que os contratos devem considerar novas expectativas de consumo após a crise.

Durante a pandemia, a Enel São Paulo foi alvo de protestos por aumentos na conta de luz considerados injustificados pelos clientes. Em agosto, assinou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o Procon-SP parcelando os débitos de clientes que fizeram queixas formais.

Nos primeiros nove meses de 2020, a distribuidora registrou lucro líquido de R\$ 256 milhões, queda de 53,1% em relação a igual período do ano passado, diante de impactos da pandemia.

O plano de investimentos da Enel para os próximos três anos prevê investimentos totais de € 40 bilhões (cerca de R\$ 255 bilhões), com foco em geração de energias renováveis e digitalização das redes de distribuição.

Em um prazo de dez anos, a empresa prevê € 190 bilhões (R\$ 1,2 trilhão), dos quais € 40 bilhões (R\$ 255 bilhões) seriam aportados por sócios em segmentos como renováveis, mobilidade elétrica e fibra ótica, entre outros.

Também no plano de dez anos, o foco principal são renováveis e melhoria das redes de distribuição.

A meta é chegar a 2030 com 120 GW (gigawatts) em capacidade instalada, crescimento de 2,7 vezes em relação ao parque atual da companhia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/11/2020

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo Brasília

Título: Pagamento de tributo adiado faz arrecadação federal ter crescimento de 9,6% em outubro

A Receita Federal registrou arrecadação de R\$ 153,9 bilhões em outubro, crescimento real de 9,6% na comparação com um ano antes, impulsionado pelo pagamento de tributos adiados durante a pandemia. Caso esse efeito fosse desconsiderado, haveria uma queda nos números.

Foram obtidos R\$ 146 bilhões com a chamada receita administrada (ganhos com tributos, excetuando valores como aqueles obtidos com royalties de petróleo), um avanço de 12,3% em relação a um ano antes. Desse montante, R\$ 16,2 bilhões foram pagamentos de impostos adiados nos meses anteriores.

Retirando o valor obtido com tributos adiados, o valor das administradas cairia para R\$ 129,8 bilhões em outubro. Isso transformaria a variação em uma queda real de 0,18% na comparação com um ano antes. O resultado total da arrecadação no mês também sofreria retração real, de 2% na mesma comparação.

Já a receita administrada por outros órgãos (onde entram fatores como exploração de recursos naturais e royalties de petróleo, por exemplo) foi de R\$ 7,8 bilhões em outubro. O valor representa uma queda real de 24,6% em relação a um ano antes.

Os números sofrem também com o corte a zero do IOF aplicado sobre crédito, medida adotada durante a pandemia para baratear empréstimos e que retirou R\$ 2,3 bilhões da receita em outubro. Mesmo em um exercício hipotético que adicione o IOF sobre crédito nas contas, o item não seria suficiente para reverter a queda total na arrecadação no mês.

Técnicos dizem que o nível de atividade ainda sofre com os efeitos da Covid-19. “As medidas de distanciamento contribuíram fortemente para o arrefecimento da atividade econômica. Quando você expurga [fatores não recorrentes], ainda assim vai ter um arrefecimento”, afirmou Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita.

VEÍCULO: O Globo**Data: 24/11/2020****Seção: Economia****Autor: CAROLINA NALIN E MANOEL VENTURA****Título: Energia volta no Amapá, mas há instabilidade**

Apesar de anúncio feito pela companhia de eletricidade estadual, moradores da capital relatam falhas no fornecimento. União vai liberar R\$ 80 milhões para isentar consumidores do pagamento da conta de luz este mês

Rio e Brasília - Após 22 dias de apagões e rodízios, a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) anunciou ontem a normalização do fornecimento de energia no estado. O governo federal informou que deve liberar R\$ 80 milhões para isentar os consumidores do estado do pagamento da conta de luz de novembro. Apesar do anúncio, moradores da região central de Macapá continuam se queixando de instabilidade na rede elétrica.

O anúncio da normalização do fornecimento de energia foi feito pela CEA depois que a empresa fez a energização, na madrugada de ontem, de um segundo transformador que funciona na subestação da capital.

“O rodízio do fornecimento de energia foi oficialmente encerrado. (...) Com este transformador operando, o fornecimento foi garantido em 100% para atender aos 13 municípios que foram afetados com o acidente na subestação Macapá no dia 3 de novembro”, informou a CEA, em nota. **O Ministério de Minas e Energia** usou uma rede social para assegurar que houve restabelecimento do fornecimento de energia elétrica em todo o Amapá.

Apesar do posicionamento das autoridades, a empresária Dayanne Ferreira, de 36 anos, conta que faltou luz por meia hora no bairro onde mora, em Buritizal, por volta das 14h40 de ontem. Ela também viu instabilidade no bairro de Santa Inês, onde tem um restaurante.

— Só em casa já foram três lâmpadas queimadas, uma chegou a explodir. No restaurante queimou até o ventilador do expositor (refrigerador). Não me sinto segura com esse retorno, porque eles estão divulgando há dias o restabelecimento e, mesmo assim, todo dia falta.

CHUVA COMPLICA QUADRO

O prejuízo para a empresa tem sido ainda maior com os alagamentos em decorrência das chuvas. O local, que já teve aparelhos como central de ar e freezer queimados, também está com movimento mais baixo.

— As vendas reduziram 40% esse mês. Quase não conseguimos fechar a folha de pagamento e já tem décimo terceiro chegando. É pura balela esse restabelecimento de energia, já que alguns bairros foram privilegiados. Enquanto isso, outros bairros, como o nosso, vêm sofrendo e correndo risco. No nosso caso, de não sobreviver enquanto empresa. Estamos desesperados —diz Dayanne.

O turismólogo Sandro Belo, executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) no estado, conta que pelo menos cinco donos de estabelecimentos da região relataram queda ou instabilidade da energia ontem, entre 9h30 e 14h15.

Na avaliação do executivo, a crise energética dificulta a retomada do setor de restaurantes, que já enfrenta dificuldades por conta da pandemia do coronavírus.

— Há muitos relatos de pessoas que desistiram do negócio e outras inclusive que já saíram do estado. Os empresários e colaboradores estão desesperados, pois, além de tais dificuldades como a perda dos insumos perecíveis e equipamentos, ainda há as limitações de funcionamento.

Samia Rangel, de 30 anos, administra um salão de beleza no Trem, bairro da região central de Macapá. Por conta do apagão, ela já teve que cancelar 60% dos agendamentos das clientes e vai fechar o mês com dificuldades. Ela espera que o problema seja sanado logo, mas não se sente confiante, já que presenciou duas quedas de luz na manhã de ontem.

—A gente fica com aquela insegurança, acho que não vai ser normalizado agora. Esse mês só vai dar pra pagar o aluguel e os funcionários, mas os fornecedores ainda não consigo. Esperamos conseguir pagar no mês que vem o prejuízo desse mês.

Para isentar os moradores do Amapá do pagamento da conta de luz de novembro, o governo editará uma Medida Provisória para liberar um crédito extraordinário, tirando a despesa do limite imposto pelo teto de gastos.

O recurso será depositado na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo que banca as políticas do setor elétrico. (*) Estagiária, sob a supervisão de Danielle Nogueira

VEÍCULO: O Globo**Data: 24/11/2020****Seção: Editorial****Autor:****Título: Congresso precisa parar de jogar tudo no colo do Judiciário**

Mesmo justificável, recurso à Justiça no apagão do Amapá reflete tendência do Legislativo à omissão

A interferência do Judiciário no apagão do Amapá levantou mais uma vez a questão da separação entre Poderes. A intervenção foi reivindicada em tribunal federal por um integrante da bancada estadual no Senado. Outra vez, o Legislativo jogou no colo do Judiciário um problema que era, na essência, seu e do Executivo.

A demanda tem 862 mil justificativas humanitárias — a população do Amapá em agonia, sob humilhação por causa da negligência do governo, dos órgãos de fiscalização e das empresas de energia. Mas também há, na cadeia de erros que levou ao apagão, uma dose de incúria do Senado, responsável por aprovar o comando das agências reguladoras, como Aneel e ONS.

As diretorias afastadas por um juiz federal — decisão depois revogada na segunda instância — foram indicadas pelo governo, apadrinhadas por bancadas parlamentares e homologadas pelo ritual das sabatinas estéreis no Senado. A fiscalização do desempenho do governo, das agências reguladoras, das empresas estatais e da prestação de serviços públicos em concessão também é da competência do Legislativo.

No Congresso tem sido rotineira a queixa sobre a necessidade de comedimento do Judiciário, frequentemente criticado por invadir o espaço dos outros Poderes. Há excessos, é fato, sobretudo em decisões monocráticas ou na interpretação criativa que enxerga inconstitucionalidades por toda parte.

É necessário ponderar, no entanto, que tribunais só agem quando provocados. A pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) tem sido progressivamente congestionada por questões que, na apropriada definição do presidente da Corte, ministro Luiz Fux, “são próprias do Congresso, mas acabam transferidas porque os parlamentares não querem pagar o preço político da escolha” A Constituição, como tem repetido o ministro Gilmar Mendes, ampliou muito o poder dos partidos para agir no Supremo. Isso deu aos parlamentares uma arma de longo alcance para transferir decisões e esquivar-se de responsabilidades quando convém.

São casos exemplares as sentenças sobre união homoafetiva, aborto por razões médicas, prisão em segunda instância e mesmo o afastamento de parlamentares por corrupção. Seja por ação ou omissão, o Legislativo tem recorrido com frequência ao Judiciário para resolver problemas de sua alçada.

A desvalorização do mandato eletivo começa na confecção de leis sem preocupação com os efeitos à luz da Constituição, na certeza de que os tribunais preencherão as lacunas quando instados. Termina na transferência do poder real à Justiça para, como diz Fux, evitar “pagar o preço social” das decisões. O desequilíbrio institucional não serve ao país.

CAPAS DE JORNAIS



O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 JULIO MESQUITA (1863-1927)

Quarta-feira 25 DE NOVEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46425

estadão.com.br



Motorhomes e trailers caem no gosto do brasileiro

O casal Jean Paulo Strauch, de 47 anos, e Adriana, de 43, posa para foto em São Francisco do Sul (SC). Eles são exemplo de um público que, para fugir de aeroportos, aviões e hotéis na pandemia, descobriu o prazer de viajar pelo País em trailers e motorhomes. O mercado está tão aquecido que em alguns fabricantes a fila para a compra de um veículo chega a sete meses. E o preço de um trailer passa facilmente dos R\$ 100 mil. **PÁG. 10**

Só 5% de filhos de pais sem instrução acabam ensino superior no País

Estudo aponta falta de mobilidade social como raiz da persistência da pobreza no Brasil

No Brasil, em cada 100 pessoas com pais sem qualquer instrução, 70 chegam no máximo ao fim do ensino fundamental e apenas cinco concluem o ensino superior, segundo estudo do Instituto de Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS). Já entre os filhos de pais que concluíram o ensino universitário, a maioria também termi-

na a faculdade. A falta de mobilidade social no País é apontada como a raiz da persistência da pobreza em níveis elevados. "Um filho de classe média disputa uma corrida com seus pares. O filho de famílias pobres não disputa a mesma corrida, mas uma diferente, com muito mais obstáculos", afirma o economista Paulo Tafner, fundador e

diretor-presidente do IMDS. As barreiras são principalmente educacionais, mas também estão na saúde, na assistência social e no acesso a oportunidades de emprego quando se trata da população negra. O instituto quer apresentar dados e auxiliar na formulação de políticas públicas para promover a mobilidade social no Brasil. **ECONOMIA / PÁG. B1 e B3**

China reage a postagem de Eduardo sobre 5G

A Embaixada da China reagiu à acusação do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) de que os chineses praticariam espionagem no País por meio de sua rede 5G. A publicação de Eduardo nas redes sociais foi apagada posteriormente. Para a diplomacia chinesa, o parlamentar "solapou" a relação amistosa entre os países com declarações "infames". **ECONOMIA / PÁG. B9**

Vão arcar com as consequências negativas? EMBAXADA DA CHINA SOBRE POST DE EDUARDO BOLSONARO

Estados têm testes de covid próximos do vencimento

Além dos 6,86 milhões de testes RT-PCR armazenados no Ministério da Saúde, lotes já enviados pelo governo federal aos Estados estão prestes a vencer. Perdem a validade em dezembro e janeiro pelo menos 605,5 mil unidades. Governos estaduais dizem que os kits estão encalhados porque foram entregues incompletos. **METRÓPOLE / PÁG. A13**

● Congresso quer explicações Parlamentares querem ouvir o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, sobre os testes encalhados. **PÁG. A13**

NA QUARENTENA ARQUITETURA E MÚSICA

Mostra no Sesc 24 de Maio combina duas artes. **PÁG. H1**

Vera Magalhães

"Degrau geracional" no voto em São Paulo mostra urgência de falar com eleitor jovem. **POLÍTICA / PÁG. A9**

Rosângela Bittar

Resistência no PSDB a Dória definirá sua proporção a partir da apuração das urnas. **POLÍTICA / PÁG. A10**



ESPECIAL: Saídas para a crise fiscal

Zelma Latif, consultora de economia

Todo ajuste sugerido, o presidente não quer

Para a economista, falta de comprometimento do governo com reformas resultará num ambiente macroeconômico instável, que afetará o crescimento. **ECONOMIA / PÁG. B4**

Fiscal do Carrefour é presa no RS

Adriana Alves foi presa por envolvimento na morte de João Alberto Silveira de Freitas, há uma semana, nas dependências de supermercado em Porto Alegre. **METRÓPOLE / PÁG. A16**



Sem grana. 73,8% das startups não têm aportes. Semexe, loja de bikes, é exceção. **PÁG. B13**

Hacker reivindica 61 ataques no País

O Cyber Team, do hacker português Zambrius, disse ter atacado pelo menos 61 sites com o domínio ".br", entre eles o do TSE. **POLÍTICA / PÁG. A10**

NOTAS & INFORMAÇÕES

Um ministro sem rumo

Paulo Guedes, da Economia, tem uma vaga ideia de onde está, ignora para onde vai e desconhece, portanto, como chegar lá. **PÁG. A3**

Lições do 'apagão' no Amapá

O que aconteceu ali foi uma crise humanitária. **PÁG. A3**

Índice de contágio no País é o maior desde maio

METRÓPOLE / PÁG. A15

Rússia diz que vacina Sputnik é 95% eficaz

METRÓPOLE / PÁG. A14

Suécia adota restrições após alta de casos

INTERNACIONAL / PÁG. A12

● A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	170.179
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 23H DE ONTEM	638
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	491
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	6.121.449
NOVOS CASOS DE TESTES POSITIVOS EM 24H, ATÉ AS 23H DE ONTEM	33.445
TOTAL DE RECUPERAÇÕES*	5.476.018

*NÚMERO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Tempo em SP 17 Min. 32 Max.

ESQUENTA BLACK FRIDAY

CADA CHERY

TODA A LINHA 0 km 2021

CONDIÇÕES E OFERTAS IMPERDÍVEIS

VerCapas.com.br

CADA CHERY

QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

VEJA NAS PÁGINAS 6 E 7.

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921



UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

FOLHA100: FALTAM 86 DIAS

QUARTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 2020

ANO 100 * Nº 33.474 * R\$ 5,00

STF forma maioria para manter réu Arthur Lira

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal formou maioria ontem para manter Arthur Lira (PP-AL), líder do centrão e nome preferido do presidente Jair Bolsonaro para a próxima presidência da Câmara, como réu acusado de corrupção passiva.

A defesa do deputado federal diz que não há provas contra ele. Poder A14

Boulos acende alerta do PSDB sobre vice e abstenção

O desempenho de Guilherme Boulos (PSOL) na reta final da campanha em São Paulo tem gerado preocupação no PSDB do prefeito Bruno Covas em duas frentes. Em primeiro, a abstenção de votos, que afetou mais o tucano no primeiro turno. Em segundo, o crescente foco na situação de seu vice, Ricardo Nunes (MDB). Poder A4 e A5

Covas atinge sua melhor avaliação na campanha

O prefeito de São Paulo atingiu sua melhor avaliação no cargo desde o começo da campanha, diz o Datafolha. Ele é visto como mais preparado do que seu rival, Guilherme Boulos (PSOL), para 54%. AS

+ eleições 2020 Fortaleza

Ciro se afastou porque teve Covid, diz Sarto, candidato do PDT A12

Não tenho padrinho, afirma Capitão Wagner, ligado a Bolsonaro A12

Saneamento para todos exige mais verba de 24 estados

Estudo aponta que 24 das 27 unidades da Federação terão de ampliar a média de investimentos em saneamento para atingir a meta de universalização pelo novo marco regulatório. Em 17, aportes precisam ser ao menos o triplo da média recente. Mercado A17

EDITORIAIS A2

Na reta final Sobre a disputa paulista, segundo o Datafolha.

A farsa se esvai Acerca de início da transição de governo nos EUA.



Rony Santos/Folhapress

JOVENS IGNORAM VÍRUS E SE AGLOMERAM AO REDOR DE BALADAS PAULISTANAS

Grupos na rua Cesário Mota Júnior, Vila Buarque, na noite de sexta (20); pessoas têm sido flagradas nas redondezas de bares e boates sem máscara Cotidiano B7

Governo não gasta recursos aprovados para a pandemia

Câmara lista pelo menos dez ações da gestão Bolsonaro que não avançaram

O governo deixou de gastar dinheiro reservado para contratar médicos, reestruturar hospitais, comprar testes de Covid-19 a presídios e fomentar agricultura familiar para doação de alimentos. As informações constam de relatórios da Câmara.

A Consultoria de Orçamento da Casa lista pelo menos dez ações da gestão Jair Bolsonaro que não avançaram, apesar da abertura imediata de créditos extraordinários, liberados por medidas provisórias dentro do chamado Orçamento de Guerra.

O dispêndio mais expressivo e conhecido do período é o auxílio emergencial, que já soma R\$ 275,4 bilhões. Em outras frentes, no entanto, o Executivo não conseguiu usar os recursos destinados para mitigar os efeitos da emergência sanitária.

Em maio, por exemplo, o Ministério da Saúde foi autorizado a contratar 5.000 profissionais a um custo de R\$ 338,2 milhões. Não chegou a gastar R\$ 16 milhões. O Congresso convidou o ministro Eduardo Pazuello para audiência. Saúde B1

Alexandre Rezende/Folhapress



Fernando Vanucci em 2011

Esporte B9
Alô, você

O jornalista Fernando Vanucci morreu ontem, aos 69 anos. Criador do bordão "alô, você", Vanucci teve uma longa trajetória na Globo e foi durante décadas um dos principais apresentadores esportivos do país. A causa de sua morte não foi divulgada.

Mercado A25
Baixa renda passa a entrar no radar de corretoras e de influenciadores

semináriosfolha
desafios da agricultura urbana em SP

Cultivo na cidade

Estudo realizado pelo Instituto Escolhas em parceria com o Instituto Urbem aponta que a agricultura urbana é viável e precisa ser valorizada. A20 e A21

Ilustrada B10
Britânica faz filme que debate racismo ao monitorar reação dos espectadores

Michael França
Persiste o ideal do branqueamento

O branqueamento ainda persiste no ideal de muitos brasileiros. Mourão repete um reflexo de um conjunto de crenças presentes de forma implícita na dinâmica social e que mantém grupos em posições de poder enquanto exclui outros. Mercado A25

Rússia projeta vacina 95% eficaz e mais barata
Saúde B2

ANÁLISE Marina Dias
Gabinete de Biden é diverso na superfície
Escolhas de Joe Biden são inegavelmente aceno à diversidade. Mas marcam opção por pessoas experientes e com posições moderadas. É preciso cautela antes de cravar que a inovação na superfície dominará políticas do governo. Mundo A15

Fiscal do Carrefour é presa por morte de Beto Freitas

A polícia prendeu a fiscal do Carrefour Adriana Alves Dutra, que aparece nas imagens ao lado dos agressores de Beto Freitas, morto numa unidade de Porto Alegre. Ela foi considerada coatora por ter posto de comando e não ter evitado o crime. Cotidiano B6

Vereadora negra de Joinville volta a sofrer ameaças
Poder A11

semináriosfolha

webinar

Melanoma

HOJE 15h30

Acompanhe ao vivo o debate online sobre os caminhos e as alternativas do paciente com esse diagnóstico.

folha.com/melanoma

Saiba mais na página A19

AUDIÊNCIA/MÉS
PÁGINAS VISTAS 176.292.687
VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

ISSN 1414-0723

3 347 4

9 771414 572049

Pandemia no Brasil

	Total	Óbitos**	Variação**
Brasil	6,1 mil	30,4 mil	58,4%
Casos			
Óbitos	170,2 mil	491	49,7%

Dados dos 20h de 24 nov. **Média móvel de 7 dias **Em relação a 14 dias

Estágios da pandemia

Estágio	Índice
Estágio 1	Estável
Estágio 2	Desacelerado
Estágio 3	Reduzido



Estados com mais óbitos

	Total
1º SP	41,5 mil
2º RJ	22,1 mil
3º MG	9,8 mil

"Infinito verão": Mostra em São Paulo cria relação entre arquitetura e música no Brasil

Grammy: Mulheres lideram nas principais categorias, e Brasil tem duas indicações

O GLOBO

Diário (Manhã) 30% (FIC) — (R\$0,300) Sábado (Manhã)

COVID EM ACELERAÇÃO

Plano de vacinação deve ficar pronto na próxima semana

Taxa de transmissão no país volta a subir e já é a maior desde maio. Mortos passam de 170 mil

O governo federal está acelerando a elaboração do plano de vacinação contra o coronavírus. O plano deve ficar pronto na próxima semana, segundo fontes do governo. A taxa de transmissão do vírus no país voltou a subir e já é a maior desde maio. Mortos passam de 170 mil.

Cidade do Rio tem fila de pacientes graves para UTI

Castro promete mais leitos e testagem

Para garantir atendimento rápido e seguro para os pacientes graves, a Prefeitura do Rio de Janeiro anunciou a criação de uma fila de espera para a UTI. O plano de vacinação deve ficar pronto na próxima semana, segundo fontes do governo. A taxa de transmissão do vírus no país voltou a subir e já é a maior desde maio. Mortos passam de 170 mil.

Flutuação de câmbio entre dólar e real

O dólar está em alta em relação ao real, o que pode afetar a economia brasileira. A taxa de câmbio está em torno de 1 real por 60 centavos de dólar.

Esquenta Black Friday

Com ofertas em todos os setores, Black Friday chegou ao Brasil. As lojas estão oferecendo descontos de até 50% em diversos produtos.

Política externa

O Brasil está se preparando para uma reunião com o G20. O país vai discutir a situação econômica e política do mundo.

ESQUENTA BLACK FRIDAY

CADA CHERY

TODA A LINHA 0 km 2021

CONDIÇÕES E OFERTAS IMPERDÍVEIS

VEJA NAS PÁGINAS 4 E 5.

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASIL, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 2020

NÚMERO 21.003 • 28 PÁGINAS • R\$ 2,50

ENTREVISTA | Pedro Guimarães

Caixa pretende lançar microcrédito em março

» CARLOS ALEXANDRE » MARINA BARBOSA

Após a monumental experiência de providenciar o pagamento de um auxílio financeiro emergencial a 68 milhões de brasileiros, a Caixa Econômica Federal está empenhada em ampliar a presença no país. E conta com a tecnologia para chegar onde outros bancos estão ausentes — particularmente nas regiões mais longínquas do país. Em entrevista ao *Correio*, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, conta como o banco está se preparando para lançar o microcrédito — alternativa para compensar o fim do auxílio emergencial em dezembro — e diversificar os serviços e facilidades do banco digital. Pedro Guimarães está empenhado em conhecer de perto a realidade dos clientes da Caixa distantes dos grandes centros — foram mais de 80 viagens em localidades extremas do Brasil — mas também está atento à diversificação da carteira de clientes e à governança da instituição financeira.

Minervino Junior/CB/DA Press



Quem puder pagar, nós vamos emprestar. Nós teremos uma linha aberta para a demanda das pessoas. Quanto as pessoas vão querer, nós vamos emprestar. Nós temos de R\$ 750 bilhões de crédito e mais de R\$ 200 bilhões em títulos públicos

PÁGINAS 6 E 7

Ara Rayssa/CB/DA Press



Presentes nas mãos — As irmãs Manoela e Regi Magalhães (foto) costuram roupas de bonecas para doar. Elas são duas das centenas de mulheres que produzem objetos, com amor e solidariedade, para fazer mais feliz o Natal de pessoas carentes. PÁGINA 21

Fiscal é presa pela morte de João Alberto

Funcionária do Carrefour, Adriana Alves (foto) foi indiciada por homicídio triplamente qualificado. Nas imagens do assassinato do soldador, em Porto Alegre, ela aparece ao lado dos seguranças que o espancaram. Na avaliação da polícia, Adriana tinha poder para impedir o massacre e contribuiu para o desfecho trágico.



PÁGINA 5

Vacina russa tem 95% de eficácia

A Rússia anunciou, ontem, bons resultados na última fase de testes da Sputnik V, que deverá ter valor mais baixo que as concorrentes. No Brasil, as mortes por covid-19 chegam a 170 mil. A doença atingiu a maior taxa de transmissão (Rt) desde maio: 1,30 — cada 100 doentes podem infectar 130 pessoas.

PÁGINAS 5, 14 E 17

Gabigol salva o Flamengo

Empate por 1 x 1 com o Racing dá vantagem do 0 x 0 ao atual campeão, no Rio. Rubro-negro teve jogador expulso.

PÁGINA 16

Toquinho resplandece

No primeiro disco de inéditas depois de nove anos, o artista mostra parcerias com o amigo Paulo César Pinheiro. PÁGINA 24

Minervino Junior/CB/DA Press



Brasília mais triste

Centenas de pessoas estiveram ontem, no Campo da Esperança, para se despedir de Jofran Frejat. O ex-deputado federal e ex-secretário de Saúde era respeitado por diferentes correntes políticas. Ele morreu aos 63 anos, vítima de um câncer de pulmão. PÁGINA 19

Ara Rayssa/CB/DA Press



Esporte que traz saúde

Ao CB, Poder, a secretária de Esportes do DF, Celina Leão, destacou os programas da pasta durante a pandemia e ressaltou a fiscalização nos espaços de lazer abertos à população. PÁGINA 18

Etiópia

Massacre de 600 civis no Tigré

Grupo armado composto de jovens semeou horror em Mai Kadra, no oeste do país africano. Trabalhadores rurais foram mortos com requintes de crueldade.

PÁGINA 12

Inflação

Alta dos preços se dissemina

Prévia do IPCA de novembro fica em 0,81%, a maior para o mês desde 2015. Além dos alimentos, vários itens, como vestuário e transporte, passam por reajustes.

PÁGINA 9

Comércio projeta R\$ 5,6 bi do 13º na economia do DF

PÁGINA 19



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .